Revista Poíesis Pedagógica

Ano 2025 – Jan./Dez.
Volume 23, e2025018
Páginas 1–15
ISSN 2178-4442
doi 10.69532/2178-4442.v23.74927

Artigo Original

Aulão de Educação Sexual: um relato de Educação Popular e Científica

Sex Education Class: a report on popular and scientific education

Clase de Educación Sexual: un informe sobre la educación popular y científica

Laura Moreira Kunde
Universidade Federal de Santa Maria
Milena Martinbianco
Universidade Federal de Santa Maria
Cadidja Coutinho
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

A Educação Sexual (ES) é uma temática que permeia as relações sociais e políticas, sendo dever da Escola, Estado e família abordar os conceitos relacionados em espaços formativos de sensibilização e aprendizagem para letrar cientificamente os sujeitos. A partir do Projeto de Lei nº 9615/2023 que propôs o corte das verbas municipais para materiais sobre a ES (o ensino deveria ficar como responsabilidade da família), foi proposto um espaço de Aulão Público sobre a ES pelo Coletivo de Educação Popular Práxis, relatado neste estudo de abordagem qualitativa, com procedimentos exploratórios através de um relato de experiência educativa. O espaço foi formado por uma equipe multiprofissional, trabalhando os diversos conteúdos da ES – como aborto e consentimento. É vista a necessidade de espaços semelhantes para que haja conscientização e entendimento da temática, objetivando prevenir abusos e conscientizar desde a infância sobre as questões corporais e de consentimento.

Palavras-chave: Educação Popular. Educação Sexual. Letramento Científico. Ensino de Ciências. Base Nacional Comum Curricular.

Abstract

Sexual Education (SE) is a theme that permeates social and political relations, and it is the duty of schools, the State, and families to address related concepts in educational spaces for awareness and learning in order to provide scientific literacy to individuals. Based on Bill No. 9615/2023, which proposed cutting municipal funding for materials on SE (in which case teaching should be the responsibility of the family), a Public Classroom on SE was proposed by the Praxis Popular Education Collective, reported in this qualitative study, with exploratory procedures through the report of an educational experience. The space was formed by a multidisciplinary team, working on the various contents of SE, such as abortion and consent. There is a need for similar spaces to raise awareness and understanding of the topic, aiming to prevent abuse and raise awareness from childhood about body issues and consent.

Keywords: Education. Sexual Education. Scientific Literacy. Science Teaching. National Common Curricular Base.

Resumen

La Educación Sexual (ES) es un tema que permea las relaciones sociales y políticas, y es deber de la Escuela, el Estado y la familia abordar conceptos relacionados en los espacios de formación para la sensibilización y el aprendizaje de sujetos alfabetizados científicamente. A partir del Proyecto de Ley nº 9615/2023, que proponía recortar fondos municipales para materiales de la ES (donde la enseñanza debe ser responsabilidad de la familia), el Colectivo de Educación Popular Práxis propuso un Aula Pública de ES, relatado en este estudio cualitativo. , con procedimientos exploratorios a través del informe de una experiencia educativa. El espacio estuvo formado por un equipo multidisciplinario, trabajando los diferentes contenidos de SE, como el aborto y el consentimiento. Se necesitan espacios similares de sensibilización y comprensión sobre el tema, con el objetivo de prevenir el abuso y sensibilizar sobre las cuestiones corporales y el consentimiento desde la infancia.

Palabras clave: Educación Popular. Educación sexual. Alfabetización Científica. Enseñanza de las Ciencias. Base Curricular Nacional Común.

CC BY

OPEN ACCESS

1. INTRODUÇÃO

A Sexualidade e todas as relações que permeiam o corpo humano fazem parte de um rol de assuntos existentes em qualquer porção da sociedade contemporânea e exigem uma discussão aberta e livre de tabus sobre Educação Sexual (ES), pois é através dela que se possibilitam espaços de sensibilização e entendimento sobre a temática. A ES se concentra na possibilidade dos sujeitos entenderem e aceitarem seu corpo e sexualidade de maneira fluida e livre, excluindo nesse processo qualquer forma de preconceito ou vergonha (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013, p. 252). Essa discussão está prevista na Constituição Brasileira de 1988, sendo reafirmada para os espaços educacionais em diferentes momentos da história, como a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 4).

Entretanto, a ES enfrenta diversos problemas devido a aceitação na sociedade pela falta de conhecimento do que ela significa e promove. Para isso, deve-se pensar em espaços que possam fomentar esse debate de maneira crítica e libertária, tornando-se em locais de escuta e acolhimento. A partir disso, espera-se o entrelaçamento entre a ES e a Educação Popular, para que os sujeitos possam ter uma formação baseada no letramento crítico, incorporando esses conhecimentos no seu cotidiano e na sua tomada de decisões (SOARES, 2009, p. 75).

Nesta perspectiva, esse estudo parte da necessidade de construir relações educacionais emancipatórias acerca da ES, oportunizando um espaço para a reflexão e o ensino da temática, bem como um momento de escuta dos sujeitos envolvidos nesse processo. Com o objetivo de dar voz e visibilidade à temática, apresenta-se um relato de experiência de uma aula pública sobre ES. Esse espaço foi proposto a partir de um viés de Educação Popular Freireana, com uma equipe multifuncional, resultando na criação de um local seguro para a conversa e repercussão sobre os diversos conteúdos que possam permear a ES, oportunizando uma formação científica e crítica sobre o tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. EDUCAÇÃO POPULAR E LETRAMENTO CIENTÍFICO

Durante a década de 1960, o Brasil começou a ser fortemente influenciado pela pedagogia socialista cubana e os pensamentos de Paulo Freire (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2009, p. 137), doravante, o borbulho sobre a Educação Popular estava sendo formado no país. A Educação Popular parte do pensamento de que a palavra deve ser dita e compreendida por todas e todos – coletivamente –, não sendo um privilégio, mas sim um direito para toda a população (FREIRE, 1987, p. 44). Quando se fala em Educação Popular, também deve-se falar sobre as relações de classes sociais e de poder, assim como pensar onde a educação e o ensino ficam condensados, em qual camada social penetram ou, ainda, por quem são pensados e organizados.

Marx e Engels (2021) conceituam na Teoria Marxista o pensamento de "Divisão Social do Trabalho", na qual há o entendimento de que a Educação e o sistema educacional agem de maneira que sujeitos sejam ensinados apenas o que lhes será útil nos seus trabalhos, contribuindo com a sociedade capitalista. Quando se levanta essa teoria dentro da Educação, percebe-se que segue o mesmo caminho através da construção curricular do que é ou deixa de ser importante no processo educacional.

A Educação Popular, em contrapartida, promove que a Educação deve partir de um processo horizontal, que leve em consideração os conhecimentos e saberes prévios das/os educandas/os, fazendo com que esses conhecimentos e saberes se tornem parte fundamental da construção do espaço escolar (FREIRE, 1987, p. 46). Paulo Freire, em sua obra-prima "Pedagogia do Oprimido" (2020), teoriza sobre a existência da "Educação Bancária", que visa depositar o conhecimento nas educandas e educandos de maneira passiva, de modo que estes a aceitem também de maneira passiva, sem questionamentos ou pontuações, o tema apresentado. Por meio desse pensamento educacional estão formando-se gerações de sujeitos que sabem o que fazer, porém não ousam questionar ou tentar entender o porquê de tal conhecimento ser de tal modo ou partir de determinado ponto.

Para tanto, aqui se entende que a Educação Popular é uma forma de combater a alienação proveniente das mídias, currículos limitados e ideologias classistas. Ela vem de maneira a quebrar o padrão alienativo, buscando a construção de uma população autônoma, com igualdade social e baseada em uma ação dialógica, sem autoritarismos e opressões. O pensamento principal de todo desse viés político e pedagógico é que o sujeito se sinta pertencente ao ambiente em que está inserido, podendo contribuir como um cidadão pleno, de forma crítica e analítica.

Com um objetivo emancipatório, há a teorização do Letramento Científico (LC), que comumente está atrelado aos processos de alfabetização na área correspondente. O LC é um conceito que muito se aproxima da Educação Popular, pois a partir dele se tem o objetivo de que o sujeito seja capaz de exercer sua cidadania de maneira plena, com autonomia e criticidade analítica (CUNHA, 2018, p. 38). Dessa forma, o LC tem como ponto de partida o uso social das Ciências, utilizando-as nas decisões, no entendimento com senso crítico, além de fundamentar uma construção de coletividade (CUNHA, 2018, 38).

O Letramento Científico se preocupa além do conhecimento dos signos e códigos existentes sobre a temática trabalhada, ele está atento às questões ditas sociais e individuais que permeiam essa mesma temática e sociedade (SOARES, 2023, p. 66). Através desses pressupostos, o LC luta por uma educação transformadora e autônoma, em busca de uma formação cidadã, desligada do pensamento capitalista de divisão social do trabalho.

A Educação Popular e o LC podem ser atrelados no processo educacional, possuindo pontos em comum com objetivos alinhados. Ambos os ideais partem do pensamento de que o sujeito deve ser capaz de ter um pensamento livre e autônomo, por meio do qual ele possa avaliar de maneira crítica a situação em que está utilizando seus conhecimentos sobre Ciência e os fenômenos que rodeiam os seus espaços de vivências. A utilização desses conhecimentos de maneira crítica também é um uso político, pois a Educação apresenta um caráter político indissociável, sendo constituinte básico dela, atrelado ao seu objetivo formativo (MAGALHÃES, 2022, p. 22).

2.2. ENSINO DE CIÊNCIAS E A BNCC

O Ensino de Ciências (EC) no Brasil é estruturado a partir dos Referenciais Curriculares e dos Currículos Escolares, que por sua vez, são construídos a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é o documento referencial dos currículos brasileiros, composto por Habilidades e Competências mínimas que devem ser abordadas em sala de aula com as/os estudantes para que

haja uma formação cidadã em comum em todo o território brasileiro (BRASIL, 2018, p. 8). Essas Habilidades e Competências são implementadas a partir da necessidade da Educação de tornar-se um espaço de preparação para o mundo do trabalho e uma forma de disseminação dos idealismos neoliberalistas a partir da formatação da construção curricular (BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2019, p. 158). Uma Educação baseada nestes dois pontos, é pautada e fundamentada no pensamento do "saber fazer", dando ênfase apenas em conhecimentos que sejam úteis no mercado de trabalho (ALVES; OLIVEIRA, 2022, p. 15). Dessa forma, o ensino se pauta no funcionalismo do sujeito e sua utilização no sistema capitalista.

As Habilidades propostas para o EC dentro da BNCC permeiam todos os assuntos para uma formação básica, entretanto, há a construção de uma Ciência mais tecnicista e conteudista (BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2019, p. 162), sem se preocupar com assuntos de âmbito social. Dessa maneira, os sujeitos são formados em uma Ciência desconexa do seu contexto e realidade, fugindo da possibilidade do seu uso social. Dessa maneira, ao se construir um currículo fundamentado em questões do capital neoliberal, a escola, espaço de construção curricular, também se transforma em um instrumento de difusão e disseminação desses ideais, validando a divisão de classes e gêneros (PAIVA, 2024, p. 2).

Essa construção do sujeito científico tem pouca ligação com a proposta inicial da BNCC de uma Educação objetivada para o letramento e construção do cidadão pleno (BRASIL, 2018, p. 321). Isto demonstra que a Base objetiva, de maneira enviesada e velada, a formação de estudantes/sujeitos que possuam uma base educacional e científica funcionalista, sem preparação para nada além do mundo do trabalho, retirando a criticidade e autonomia educacional. Essa formação contribui para a constituição de uma sociedade acrítica, sem voz ativa e formada, sem o conhecimento científico e social necessário para uma cidadania plena de fato.

A BNCC trata dos mais diversos conteúdos sobre o mundo científico, entretanto, nesse estudo será delimitado apenas um olhar às questões de ES na formação escolar e social. Será avaliada, também, a presença da ES ao longo de todo o Ensino Fundamental (1º–9º ano) e no Ensino Médio (1º–3º ano), como forma de fundamentar o estudo.

2.3. EDUCAÇÃO SEXUAL

Após o fim do período da Ditadura Militar no Brasil (1964–1985), tem-se a formulação da Constituição Federal de 1988, na qual houve espaço para as questões acerca de Gênero e Sexualidade pela primeira vez (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 2). Apesar da garantia constitucional e da abertura para essa temática, ela ainda encontra muitas barreiras para a sua construção efetiva. De acordo com Monteiro e Ribeiro (2020, p. 3), essa problemática se deve à ascensão da tríade "conservadorismo–fundamentalismo religioso–repressão", que traz ataques violentos e sem fundamentação científica, promovendo um discurso de ódio e ignorância acerca das discussões sobre ES.

A ES é uma temática construída a partir da identificação de todas as questões que abarcam o corpo humano, de maneira a pensar todos os aspectos de cuidado e formação integral dos sujeitos (MACIEL; BIBERG-SALUM; ANDRADE, 2023, p. 564). Essa formação científica construída a partir da Educação Sexual possibilita uma fundamentação e uma maior criticidade para que sejam tomadas decisões maduras e conscientes sobre o próprio corpo, trazendo maior segurança e autonomia

sobre as relações que envolvem os corpos (MACIEL; BIBERG-SALUM; ANDRADE, 2023, p. 565). A partir disso, pode-se utilizar a ES como instrumento emancipatório para a construção das relações de gênero que permeiam a sociedade. É necessário que essa temática seja construída de maneira consciente e crítica, de forma que o sujeito seja capaz de analisar e incorporar esses conhecimentos às suas decisões diárias de maneira ativa. Um cidadão consciente e autônomo de suas decisões traduz em um cidadão com responsabilidade social e pensamento coletivo (SILVA; BRITTO, 2023, p.4).

A temática da Educação Sexual aparece de maneira muito breve na BNCC, em apenas quatro Habilidades (EF08CI08; EF08CI09; EF08CI10; EF08CI11) previstas para o Ensino Fundamental II, no 8º ano (BRASIL, 2018, p. 349). O documento não dá espaço para o tema durante o período do Ensino Médio, no qual as educandas e educandos estão em um momento de muitas dúvidas e questionamentos.

A falta de espaço para a ES dentro da BNCC demonstra o quão infiltradas estão as relações de poder e os interesses neoliberais na construção curricular brasileira (BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2019, p. 157). A construção e organização da BNCC em Habilidades e Competências preconiza uma Educação funcional, que atenda às demandas do mercado a partir de uma formação behaviorista (BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2019, p. 158). Assim, a Educação proposta pela BNCC não está alinhada de maneira integral à formação cidadã e emancipatória, visto que se encaminha mais a um programa político acrítico em função da sua formatação e intencionalidade (BRANCO; BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2019, p. 159).

3. METODOLOGIA

O presente estudo se pauta em uma pesquisa de cunho qualitativo, através de uma pesquisa exploratória, que tem como objetivo desenvolver e esclarecer conceitos de estudos prévios, oportunizando uma visão geral e aproximativa da temática a ser trabalhada (GIL, 2008, p. 27). A pesquisa se enquadra como um relato de experiência educativa, no qual é relatada, registrada e analisada uma experiência vivenciada (LUDKE; CRUZ, 2010, p. 89). Assim, há o relato de experiência de uma aula vivenciada em âmbito público acerca da ES.

A ES tem o objetivo de letrar o sujeito de maneira científica e social. Esse letramento traz possibilidades de entendimento sobre o corpo, saúde e proteção dos corpos, além de considerar as diversas questões do respeito e proteção ao corpo alheio. Dessa forma, é possível observar que a promoção da ES, consequentemente, leva à construção de um Letramento Científico nos sujeitos envolvidos nesse processo. A partir do entendimento dessa necessidade, educadoras e educadores do Coletivo de Educação Popular Práxis propuseram um espaço de livre debate e reflexão acerca da ES.

O Coletivo Práxis é um coletivo educacional que nasceu dentro da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 1999 (Figura 1) e tem como principal bandeira a Educação Popular Freireana (MENEGAZZI, 2019, p. 12). Esse Coletivo foi proposto por pessoas de diversos segmentos acadêmicos com o objetivo principal de democratizar o acesso à educação superior pública, bem como integrar os conhecimentos formalizados acadêmicos com a comunidade local e com os movimentos sociais (OLIVEIRA, 2009, p. 81). Seu principal projeto é um curso pré-vestibular com viés

freireano para pessoas de baixa renda, com o objetivo de oportunizar o ingresso das camadas populares na universidade (OLIVEIRA, 2009, p. 81).

Figura 1 – Logotipo de 25 anos do Coletivo Práxis



Fonte: Arquivos Coletivo Práxis (2025)

A proposta de um espaço de Educação Popular tem suas bases em um sistema de ensino horizontalizado, sem hierarquias e com espaços de fala democráticos, respeitando os conhecimentos populares e prévios de todos os sujeitos (BRANDÃO, 2012, p. 43). Dessa maneira, o Coletivo Práxis parte do pressuposto de uma Educação construída a partir de um local de escuta e troca de saberes e experiências, deixando de lado a passividade antidialógica do ensino tradicional (FREIRE, 1987, p. 34). A busca por uma Educação libertária e autônoma faz com que seja necessário o debate aberto e livre de temáticas esquecidas ou reprimidas pela sociedade e pela grande mídia–e é a partir desse momento que surge a ideia de organizar um aulão público sobre ES.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

4.1. PROJETO DE LEI Nº 9615/2023

A necessidade da construção de um espaço público para a discussão da ES parte de um momento atípico na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul e no qual se observa a urgência desse debate com a comunidade. O ponto de partida desse momento foi a tramitação do Projeto de Lei nº 9615/2023 (PL 9615/2023) que "Proíbe a utilização de verbas públicas, no âmbito do município de Santa Maria, em convênios, contratos, produções, espaços ou materiais que promovam, de forma direta ou indireta, a sexualização de crianças ou adolescentes" (SANTA MARIA, 2023, p. 1).

Esse PL alegava buscar a valorização da criança e do adolescente, através do combate à pedofilia e à sexualização precoce, entretanto, o documento retirava qualquer possibilidade de utilização de recursos municipais para a criação de campanhas sobre a ES (SANTA MARIA, 2023, p. 1). Entretanto, é responsabilidade tanto da família quanto da escola e órgãos públicos construir a ES nos sujeitos em formação, sendo de maneira livre e emancipatória (GONÇALVES; FALEIRO; MALA-

FAIA, 2013, p. 252). Sendo de corresponsabilidade a prática da ES, o PL traz uma falha dentro dessa formação já na sua ideia inicial, pois a falta de debate sobre ES leva ao não conhecimento sobre o tema e a falta de construção crítica para o combate de abusos (PEREIRA; PENA; GUIMARÃES, 2024, p. 6). A proponente do PL afirma que "Compete à família a obrigatoriedade da formação dos filhos no que tange ao conceito de sexualidade e a condução do tema junto a crianças e adolescentes" (SANTA MARIA, 2023, p. 3). Como dito anteriormente, é responsabilidade conjunta do Estado e família a construção da ES, portanto, já há um grande erro e desvio de função dentro da responsabilização. Sendo de responsabilidade apenas das famílias, o diálogo necessário à temática tende a ser marginalizado ou inexistente, a falta desse diálogo pode levar a diversos riscos na sexualidade da criança e adolescente, como gravidez na adolescência, a falta de percepção de abusos sexuais, além da possibilidade de uma maior exposição a Infecções Sexualmente Transmissíveis em razão da falta de discernimento e conhecimento para a prevenção dos riscos (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013, p. 252). Ademais, as consequências acerca de delegar única e exclusivamente a ES às famílias podem ser irreversíveis, pois a realidade brasileira demonstra a padas estatísticas que 61,3% dos casos de abuso sexual ocorrem em pessoas vulneráveis (crianças de até 13 anos) (Núcleo Ciência pela Infância, 2023, p. 28), sendo que nesses casos, 82% dos agressores têm uma relação direta com a criança (pai, mãe, padrasto, madrasta e avós) (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 158). Esses dados mostram uma grande contradição dentro do PL, pois a porção populacional que mais agride é também a que deveria ensinar como combater essas agressões.

O PL também se mostra contrário ao que é chamado de "ideologia de gênero" (SANTA MARIA, 2023, p. 3), entretanto, não há a conceituação do que de fato isso seria. Barrar o que é chamado de "ideologia de gênero" é uma forma de retirar a possibilidade de um espaço para o debate sobre as questões de Gênero e Sexualidade (MISKOLCI, 2018, p. 8). Essas atribuições demonstram uma repressão silenciosa à diversidade de Gênero e Sexualidade, dando espaço para a formação de preconceitos com as populações que não se encaixam na cis-heteronormatividade (MISKOLCI, 2018, p. 11).

A partir desse PL e de toda a repercussão nos cidadãos que expressaram pensamentos favoráveis ou contrários ao Projeto, o Coletivo Práxis entendeu a urgência em construir um espaço formativo que promovesse a Educação Sexual de maneira livre e reflexiva, sem as amarras de preconceitos e tabus.

4.2. AULÃO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

Inicialmente foi delimitado o formato que o evento público deveria respeitar. Para tal, foi decidido utilizar uma configuração de aulão. Essa formatação de evento é comum aos espaços coletivos e pedagógicos, é formado por um ambiente aberto multidisciplinar de troca e construção de conhecimento popular a partir da exploração da metodologia expositivo-dialogada de um tema transversal, na qual há a exposição do conteúdo em conjunto com diálogo contínuo dos participantes, levando em consideração seus saberes prévios para auxiliar a conduzir a discussão (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 79). Os aulões são compostos por uma prática semanal dentro do Coletivo Práxis, defendendo a necessidade de uma real troca de conhecimentos entre educadores e educandos dentro do espaço formativo. Entretanto, o Aulão de Educação Sexual mostrou a necessidade e importância de ser um evento de grande porte, aberto ao público e construído de maneira interdisciplinar pelos mais diversos conteúdos que pudessem percorrer a temática de Educação Sexual.

O evento teve uma formatação aberta ao público. O público-alvo foi o componente prévio do Coletivo Práxis, além de ser aberto à comunidade em geral, buscando atingir a maior quantidade de pessoas e grupos sociais possíveis. A iniciativa foi divulgada através da confecção de cartazes e realização de postagens nas redes sociais do Coletivo (Figura 2), além do convite direto dentro do Coletivo. A estratégia de divulgação tinha como objetivo garantir que a organização pudesse chegar a diferentes públicos, aproximando a comunidade local das discussões que ocorrem dentro da universidade e integrando saberes científicos e populares.

Figura 2 – Cartaz Aulão Educação Sexual



Fonte: Arquivos Coletivo Práxis (2024)

O ponto inicial para a construção desse espaço de aulão foi a necessidade de que houvesse uma delimitação dos objetivos que deveriam ser alcançados. Dessa maneira, a partir das discussões que decorrem do Projeto de Lei nº 9615/2023, foi visto que o conteúdo do aulão deveria dialogar com as mais diversas idades, seja com adolescentes e/ou adultos. Assim, as falas deveriam apresentar interfaces com as questões de funcionamento dos corpos, bem como as relações destes com os outros dentro da sociedade e suas dinâmicas que envolvem o poder e a representação que os permeiam.

A partir das necessidades apresentadas foi realizado um mapeamento de temáticas de interesse relacionadas à Educação Sexual com o grupo de discentes do Coletivo Práxis. O processo de mapeamento foi realizado por meio de um questionário anônimo, identificando dúvidas e curiosidades a serem abordadas no espaço do aulão. Os resultados obtidos foram organizados de acordo com os seguintes eixos temáticos: 1) Educação Sexual–definições e objetivos; 2) Saúde Sexual, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e condições crônicas; 3) Gênero e Sexualidade; 4) População LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e outras Identidades de Gênero e Orientações Sexuais) e os desafios do seu acesso ao SUS. Fundamentado nesses eixos temáticos, foi feita a busca por profissionais que pudessem apresentar um conteúdo com fundamentação teórica e científica sobre as temáticas. As mediadoras do espaço foram educadoras do Coletivo, reunindo também profissionais da saúde e pesquisadores da UFSM.

O Aulão ocorreu numa tarde de sábado, num horário que seria adequado para a maioria do público. O evento contou com um lanche coletivo e certificado para todos os ouvintes e participan-

tes, sendo preconizado um espaço de integração e participação de todas as pessoas para além da mesa mediadora e palestrantes. Foi proposta uma atividade de 4 horas de duração, sendo dividida em 6 pequenos blocos de conversa alocando as temáticas mais próximas. Cada bloco contou com profissionais qualificados acerca dos temas propostos pelos mesmos, explorando e apresentando discussões sobre as mais diversas nuances da Educação Sexual. Houve uma estipulação de cerca de 30 minutos para cada bloco, sendo composto por 20 minutos de fala do palestrante e 10 minutos para dúvidas e falas dos ouvintes. Cada bloco foi composto por conteúdos de:

1) **Autonomia e Consentimento**–A palestrante foi uma educadora do Coletivo, licenciada em Filosofia e pesquisadora feminista das temáticas de Gênero. O bloco trouxe perspectivas filosóficas acerca da autonomia dos sujeitos, apresentando como as questões de consentimento flutuam desde a sexualidade aos direitos reprodutivos. A discussão explorou o conceito de autonomia a partir de circuitos de inferências e compreensões que envolvem seu campo semântico, fazendo uso metodológico de perguntas geradoras para a elaboração de uma síntese coletiva entre os presentes. Essa síntese foi fomentada pelas indagações: "Somos sujeitos livres?"; "Existem corpos que possuem maior sujeição do que outros corpos?", "As diferenças existentes nas formas de sujeição resultam em retiradas de agências de certos corpos?". Posteriormente, o acúmulo foi contraposto à definição kantiana de autonomia, servindo como ponto gerador de discussões acerca da vontade e da autodeterminação enquanto elemento central à autonomia sexual dos sujeitos.
2) **Educação Sexual durante a 1ª Infância e Prevenção de Abuso Sexual**–Bloco ministrado por uma psicóloga pós-graduada em Neurodesenvolvimento Infantil, com ênfase em prevenção do abuso sexual na primeira infância. A discussão foi inicialmente construída a partir de uma fundamentação teórica da Educação Sexual, apresentando seus objetivos e importância nas diferentes nuances da vida social e individual. Foram abordadas as questões e mitos acerca da temática e como o imaginário popular afeta o desenvolvimento de uma ES de qualidade. A discussão foi norteada pela pergunta "Para que serve a Educação Sexual?", articulando os principais argumentos políticos da direita fundamentalista religiosa e os contrapondo à realidade dos dados obtidos através de pesquisa científica. Finalmente, foram apresentados modelos norteadores para iniciativas de ES, associando as temáticas à idade adequada para cada público-alvo, reforçando o papel essencial de atores sociais como a escola e os serviços de saúde no acesso ao conhecimento. O objetivo desse momento era demonstrar, através de dados e fatos, que a ES deve começar desde a infância, permeando todos os setores da sociedade, não sendo uma tarefa exclusiva da família – afinal, em função dos dados, é possível observar que a maior parte dos abusos ocorre dentro do seio familiar das vítimas (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 158). Dessa forma, há possibilidade de prevenção de questões como abuso sexual e infantil. A ES desde a primeira infância faz com que a criança aprenda sobre seu corpo, apresentando autonomia e entendimento sobre consentimento e limites;
3) **Gênero e Sexualidade**–Bloco apresentado pela educadora da disciplina de Sociologia do Coletivo Práxis, graduanda do curso de Enfermagem e pesquisadora com interesse na Educação Popular, saúde coletiva e suas articulações com uma perspectiva socialista revolucionária. Foram desenvolvidas as questões de Identidade de Gênero e Sexualidade, identificando-as enquanto ferramentas que possibilitam articular as experiências subjetivas à realidade material e todas as relações que permeiam a sua sociabilidade. Como fomento de discussão, foram apresentadas e debatidas algumas das identidades dissidentes da cis-heteronormatividade, sendo visualizadas as bandeiras e conceitos da comunidade LGBT+. Este bloco objetivou a construção das identidades, bem como a sua conceituação. O conhecimento e entendimento das diferentes identidades possibilita a quebra de mitos acerca delas e promove o diálogo com os diferentes grupos sociais;

4) **Linguagem e Subjetividade–**O espaço teve como palestrante uma pessoa não-binária, mestranda em Filosofia e pesquisadora das temáticas acerca de Linguagem Neutra e Gênero. O bloco tratou de questões relativas à linguagem e à subjetividade, tensionando e explorando o conceito de gênero a partir de um viés metafísico. Como ponto inicial, houve o questionamento das estruturas que naturalizam a invenção da identidade de Gênero, tendo como justificativa epistemológica as diferenças sexuais observáveis. A discussão se voltou para a existência das pessoas não-binárias e o estranhamento imposto sobre os sujeitos que desviam das normas impostas pela estrutura cis-heteronormativa;

5) **Saúde Sexual da População Feminina e LGBT+–**Nesse bloco houve a junção de duas palestrantes por afinidade temática das questões de saúde. A primeira palestrante foi uma fisioterapeuta e pesquisadora da saúde e direitos da população LGBT+. Nesse momento, a saúde sexual foi debatida de modo a refletir sobre as desigualdades sociais que operam sobre os diferentes grupos. Fundamentando-se a respeito da prevenção de ISTs e questões sobre sexo seguro. Houve a discussão sobre o acesso e possibilidade de medicação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP). Esses medicamentos são de distribuição gratuita no SUS e atende toda a população brasileira, entretanto com um maior número entre as profissionais do sexo, mulheres trans e aquileanos (MORA; NELVO; MONTEIRO, 2022, p. 2). As questões sobre sexo seguro deram maior destaque em relacionamentos e relações sexuais por casais sáficos (mulheres que fazem sexo com mulheres). Além disso, foi realizada uma roda de conversa sobre os desafios da população marginalizada enquanto identidade de Gênero e Sexualidade para o acesso aos serviços de saúde, principalmente o SUS. A segunda palestrante desse bloco é também fisioterapeuta, com especialização na área pélvica e ativista da Educação em saúde. Esse segundo momento desenvolveu discussões mais concentradas em uma perspectiva das condições crônicas de saúde. A discussão apresentou o campo da fisioterapia pélvica, academicamente referenciada enquanto área de saúde da mulher, assim como desenvolveu conversa sobre mitos e verdades acerca do vaginismo. Foram abordados os diferentes tipos de métodos contraceptivos, seu uso correto e possíveis efeitos colaterais. O objetivo desse bloco foi discutir de maneira fundamentada as questões das populações marginalizadas e mais vulneráveis sobre os possíveis problemas de saúde que podem as acometer e como podem se prevenir;

6) **Aborto Enquanto Questão de Saúde Pública–**Foi ministrado pela bióloga e educadora da disciplina de Biologia do Coletivo e mestranda em Educação em Ciências. O último bloco do aulão contou com um espaço para discutir e compreender as questões do aborto como uma questão de saúde pública. O aborto foi abordado como questão política e social, discutindo como a legislação brasileira trata os direitos reprodutivos e os corpos que gestam, compreendendo seu caráter restritivo e as influências religiosas-fundamentalistas no contexto político. Além das questões políticas, o espaço propôs trazer os aspectos biológicos do que é considerado um feto, um aborto e todas as questões de conhecimento científico que tangem essa temática. A conversa teve como objetivo desmistificar o processo de abortamento, trazendo os principais mitos acerca do procedimento e contrapondo-os aos fatos políticos, sociais e biológicos.

As temáticas propostas pelo evento tiveram como finalidade a construção de um Letramento Científico aos presentes. Pois foi preconizada a junção dos saberes populares aos saberes científicos, alinhados aos interesses e dúvidas dos participantes. Para que assim, houvesse uma formação científica sobre os aspectos de saúde e sociedade alinhados à temática.

A importância e necessidade que foi vista sobre o tema da ES foi construída a partir do objetivo de desmistificar inúmeros mitos que permeiam o mundo da sexualidade e demonstrar a relevância e a seriedade que deve se ter ao discutir esse tema. O espaço foi construído com muita responsabilidade para que houvesse uma formação de qualidade sobre a ES, buscando alinhar a Ciência e a às necessidades e dúvidas que pudessem ocorrer.

A temática foi tratada com responsabilidade e respeito durante todas as falas e momentos, objetivando um espaço livre de preconceitos a partir de diálogo e horizontalidade. Todo esse cuidado e rigor partem do pensamento e entendimento de que a ES é responsabilidade do Estado e das famílias, sendo necessário e institucionalizado a oferta de espaços em que há sua formação e construção de ideias.

O evento teve o objetivo principal de desmistificar as questões sobre ES e aspectos que envolvem a temática, bem como lutar pelo espaço necessário e essencial desse tema. O espaço promovido busca a construção de um local seguro para as falas e compreensões sobre todos os aspectos que envolvem a sexualidade humana. Ademais, foi vista a importância de propiciar uma discussão sobre a ES o que demonstrou que a temática deve ser compreendida, sendo necessário possibilitar o acesso a todas as camadas sociais e idades. Educação Sexual é uma forma de prevenção de abusos e violências e se constitui como dever de todas as instituições sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Letramento Científico e a Educação Popular se enquadram em uma relação na construção educacional, possibilitando uma formação horizontalizada e livre. Uma Educação com estas bases permite formar sujeitos críticos e autônomos, com capacidade de participação cidadã plena, capacitando-os para o desenvolvimento coletivo da sociedade em que estão inseridos.

A promoção da ES é importante para a construção de uma sociedade letrada científica e socialmente. O entendimento e aporte de conhecimentos acerca da ES promovem cidadãos críticos em suas formatações sociais, os quais sempre buscam antecipadamente uma reflexão fundamentada sobre suas próprias decisões.

Dessa maneira, desenvolver e possibilitar à sociedade espaços para a discussão livre e aberta sobre Gênero e Sexualidade faz com que se tenha uma conscientização do papel social do sujeito, seja de maneira individual e/ou coletiva. Viabiliza, também, o entendimento crítico do próprio corpo e de todas as relações que permeiam esse campo, as quais podem se considerar as relações afetivas, de saúde e social.

É necessário que haja mais inserção na promoção de uma Educação Sexual livre de preconceitos e amarras sociais, possibilitando uma construção conjunta para que diversas problemáticas possam ser evitadas em função da conscientização e formação crítica. Além de conhecimento, também é imprescindível que haja espaços abertos para debate e acolhimento. Deve ser de responsabilidade pública o fomento da ES nas mais diversas formas e nos mais diversos locais, livre de preconceitos e de maneira crítica.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Coletivo de Educação Popular Práxis e a todas as educadoras e todos os educadores que estiveram envolvidos na construção do Aulão Público de Educação Sexual. A luta e resistência sem coletividade não seria possível. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–Brasil (CAPES).

7. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Michelli Fernandes; OLIVEIRA, Breynner Ricardo de. A trajetória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): análise dos textos oficiais. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-21, dez. 2022. ISNN 19840187. DOI: https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.24. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20537. Acesso em: 23 nov. de 2024.

KOTZ, Débora Aline; MENTGES, Maiara; RANNOV, Carla Luiza; ABITANTE, Lucilaine Goin. **A prática docente e a utilização de metodologias inovadoras no ensino da matemática**. In: *IV Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica – CIECITEC*, 4., 2017, Santo Ângelo, RS, Brasil. *Anais...* Santo Ângelo: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, 09-11 out. 2017. Disponível em: https://san.uri.br/sites/anais/ciecitec/2017/resumos/poster/2892.pdf. Acesso em: 10 dez. de 2025.

BRANDÃO, Carlos Roberto. **O que é educação popular.** 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRANCO, Emerson P.; BRANCO, Alessandra B. de G.; IWASSE, Lilian F. A.; ZANATTA, Shalimar C.. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades?. **Revista Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 25, p. 155-171, 23 dez. 2019. Universidade Federal de Alagoas. DOI: http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n25p155-171. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/7505. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base.** Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

CUNHA, Rodrigo Bastos. O que significa alfabetização ou letramento para os pesquisadores da educação científica e qual o impacto desses conceitos no ensino de ciências. **Revista Ciência e Educação,** Bauru, v. 24, n.1, p. 27–41, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1516-731320180010003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/jSdWBpPTNdfP6KwGrD8wmZg/?lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança

Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR: IMPASSES E DESAFIOS. **HOLOS**, v. 5, p. 251–263, 2013. DOI: 10.15628/

holos.2013.784. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784. Acesso em: 09 dez. 2025.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 2, n. 3, p. 86–107, 2010. Disponível em: https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/20. Acesso em:10 dez. 2025.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MACIEL, Elizania Regina; BIBERGN-SALUM, Tânia Gisela; ANDRADE, Luciana Paes de Andrade. Temática da Sexualidade na Base Nacional Comum Curricular nos Anos Finais do Ensino Fundamental: uma Análise Documental. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas,** v. 24, n. 4, p. 560-567, 2024. DOI: https://doi.org/10.17921/2447-8733.2023v24n4p560-567. Disponível em: https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/10564. Acesso em: 30 jul. 2024.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Educação hegemônica do silêncio? O sentido e o poder da palavra dos professores. **Poíesis Pedagógica, Catalão**, v. 20, p. 19–31, 2022. DOI: 10.69532/2178-4442.v20.73598. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/73598. Acesso em: 15 jan. 2025.

MENEGAZZI, Themis Karine Dutra. **PRÁXIS, EDUCAÇÃO POPULAR E AUTOGESTÃO:** SOBRE TRANSBORDAMENTOS DISCURSIVOS. 2019. 54 f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". **Cadernos Pagu (53),** 2018: e185302. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530002 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2024.

MORA, Claudia; NELVO, Romário; MONTEIRO, Simone. Peças de comunicação governamentais sobre as profilaxias pré (PrEP) e pós-exposição (PEP) ao HIV (2016-2019): análise de seus conteúdos e circulação entre gays, mulheres trans/travestis e trabalhadoras sexuais. **Revista Saúde Soc,** v. 31, n. 4, p. 1-13, 2022. DOI: 10.1590/S0104-12902022210855pt. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Hn7XXbyzM6nDHBTMWMmZFfS/abstract/?lang=ptALVES, Maria Michelli Fernandes; OLIVEIRA, Breynner Ricardo de. A trajetória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): análise dos textos oficiais. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-21, dez. 2022. ISNN 19840187. DOI: https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.24. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20537. Acesso em: 23 nov. de 2024.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 48, Vitória da Conquista, out./dez. 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Acesso em: 10 dez. 2025.

NCPI. Prevenção de violência contra crianças / Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. São Paulo: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2023. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Prevencao-de-violencia-contra-criancas.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

OLIVEIRA, Cícero Santiago de. OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA: O CASO DO PRÁXIS. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009.

PAIVA, Marília Luana Pinheiro de. Hegemonia Cultural e de Gênero: a escola interessada no campo das relações sociais. Revista Poíeses Pedagógica, Catalão/GO, v. 22, p. 1-13, dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74819. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/74819. Acesso em: 10 jan. 2024.

PEREIRA, Isabela Bianca Morais.; PENA, Ludmila Andrade Chaves; GUIMARÃES, Patrícia Regina. O papel da educação sexual em pré-escolares na prevenção do abuso infantil: uma revisão. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 1-14, maio/jun 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n3-218. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/70107/49451. Acesso em: 16 ago. 2024.

Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em:

SANTA MARIA. Projeto de Lei nº 9615/2023. Proíbe a utilização de verbas públicas, no âmbito do Município de Santa Maria/RS, em convênios, contratos, produções, espaços ou materiais que promovam, de forma direta ou indireta, a sexualização de crianças ou adolescentes. Santa Maria, RS: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria [2023]. Disponível em: https://citta-storage-br.s3.sa-east-1.amazonaws.com/cmsantamaria/legislativo/processo_141342/a8c1becb-3d52-5cfd-b60b-34499eac1b0e-manifesto?X--Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Date=20251210T173826Z&X-Amz-SignedHeaders=-host&X-Amz-Expires=86400&X-Amz-Credential=AKIAXGUTY64LIYATQVUA%2F20251210%2Fsa--east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Signature=df24d56a4c2e00ccff63cf26c045d355f0aca-095f1697491bec43c0138071945. Acesso em 25 out. 2024.

SILVA, Simone Cristina Oliveira da; BRITO, Max Leandro de Araújo. Mini casos no ensino e aprendizagem em ciências. Poíesis Pedagógica, Catalão, v. 21, 2023. DOI: 10.69532/2178-4442.v21.74613. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/74613. Acesso em: 12 jan. 2025.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Educação Popular: uma história, um que-fazer. Revista Educação Unisinos, v. 19, n.2, p. 135 -146, maio/agosto, 2009. DOI: 10.4013/edu.2009.132.05. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4939/2189. Acesso em: 25 jul. 2024.. Acesso em: 27 jan. 2025.

Como citar – ABNT

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit fiusce malesuada molestie nunc id sodales ipsum ornare vel. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 23, e2025018, Mês, 2024. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74927

Como citar – APA

SOBRENOME, N. N., SOBRENOME, N. N., & SOBRENOME, N. N. (2025). Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit fiusce malesuada molestie nunc id sodales ipsum ornare vel. *Revista Poíesis Pedagógica*, *23*, e2025018. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74927

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial
Submetido: 29 de janeiro de 2025.
Aprovado: 30 de junho de 2025.
Publicado: 19 de dezembro de 2025.

Conflito de interesse
Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados
Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores
Resumo/Abstract/Resumen: Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Introdução ou Considerações iniciais:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Referencial teórico:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Metodologia:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Análise de dados:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Discussão dos resultados:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Conclusão ou Considerações finais:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Referências:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Revisão do manuscrito:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho; **Aprovação da versão final publicada:** Laura Moreira Kunde, Milena Martinbianco, Cadidja Coutinho.

Direitos Autorais
Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poíesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poíesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access
Este artigo é de acesso aberto (***Open Access***) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (***Article Processing Charges – APCs***). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la–ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

Licença de uso
Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Similaridade
Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço ***Similarity Check*** da Crossref.

Processo de avaliação
Revisão por pares duplo-cega (***Double blind peer review***).

Editora
Cláudia Tavares do Amaral

Editores Convidados
Camila Rocha Cardoso
Janderson Vieira de Souza
Maria Zenaide Alves

Fomento
O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.

Publisher
Este artigo foi Publicado na **Revista Poíesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poíesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editoral ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poíesis Pedagógica obteve **Qualis B1.**